



INSTITUTO DE HUMANIDADE – IH

BACHARELADO EM HUMANIDADES

GERSON SANCA

O PROCESSO DA DESCOLONIZAÇÃO DA GUINÉ DITA  
PORTUGUESA: O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO  
NACIONAL (1963-1973)

REDENÇÃO

2018

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB  
INSTITUTO DE HUMANIDADES  
BACHARELADO EM HUMANIDADES

**GERSON SANCA**

O PROCESSO DA DESCOLONIZAÇÃO DA GUINÉ DITA  
PORTUGUESA: O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO  
NACIONAL (1963-1973)

Trabalho de conclusão de curso a ser  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de bacharel em  
Humanidades na Universidade da  
Integração Internacional da Lusofonia  
Afro-brasileiro – UNILAB

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Artemisa Odila  
Cande Monteiro

REDENÇÃO

2018

Dedico este trabalho aos meus pais Digiamar Albino Sanca e Jaclina Indequi, por tudo que têm feito por mim. Se hoje consegui materializar este sonho foi graças ao apoio incondicional que me deram. Vos amo meus heróis.

## RESUMO

Ao abordar sobre o processo da descolonização da Guiné dita Portuguesa, este trabalho busca compreender a forma como se deu a desocupação das forças coloniais portuguesas no território guineense, a fim de entender os papéis exercidos pelo povo da Guiné-Bissau desde os primeiros momentos da chegada dos portugueses no século XV, até o fim da sua ocupação no século XX. De acordo com Mendy (1994), a presença portuguesa na Guiné teve seu apogeu a partir de 1446, quando as frotas portuguesas desembarcam nas águas deste território. A partir daí, deu-se início as relações entre o colonizador português e os povos autóctones da Guiné-Bissau. A forte instalação e a ocupação de terras por parte das forças portuguesas permitiram com que o Portugal declarasse então Guiné-Bissau (antiga Guiné Portuguesa) como sendo a sua colônia. Após vários anos de colonização, chegou a um momento em que o povo guineense se revoltou em prol da sua independência. Assim sendo, desenvolveu várias estratégias e lutas que depois de onze anos de guerras, Guiné-Bissau pode se afirmar como sendo um país independente e livre, formando o seu Estado e construindo a sua nação. Nesses termos, buscamos compreender por meio dos acontecimentos históricos, análises das narrativas e marcadores simbólicos, o desenrolar da ocupação, desocupação e construção do Estado.

**Palavras-chave:** Guiné dita Portuguesa. Desocupação. Forças Coloniais. Independência. Território Guineense. Construção do Estado.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Problemática .....	7
1.2 Objetivos.....	8
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	8
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	8
1.2.3 <i>Hipóteses</i> .....	9
1.3 Justificativa .....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	12
2.1 Guiné-Bissau e a Colonização Portuguesa .....	12
2.1.1 <i>Colonização Portuguesa na Guiné e as resistências dos grupos étnicos</i> .....	15
2.1.2 <i>A Conferência de Berlim e a demarcação territorial: O caso da Guiné-Bissau...</i>	21
2.2 Da luta de libertação nacional à construção do estado e da nação guineense .....	22
2.2.1 <i>Primórdios da libertação nacional</i> .....	22
2.2.2 <i>Da fundação do PAI (GC) à preparação para luta</i> .....	23
2.2.3 <i>Início, desenvolvimento e fim da luta</i> .....	25
2.2.4 <i>Proclamação da independência e a construção do estado</i> .....	32
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	33
REFERÊNCIAS .....	354

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de tratar sobre o processo da descolonização na Guiné dita portuguesa a partir dos anos 1963, data do início da luta armada, a 1973 que se referencia como o período do fim da luta e da proclamação da independência.

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental do continente africano, a sua área total é de 36.125 km<sup>2</sup>. Proclamou a sua independência em 24 de setembro de 1973. Foi colonizado por Portugal que ali instalou as suas forças militares e apoderou-se do seu território fazendo-lhe a sua colônia. Os portugueses chegaram a Guiné-Bissau com objetivo de estabelecer trocas comerciais, mas depois das suas adaptações, acabaram por mudar os seus rumos passando a ter o domínio econômico, político, cultural e social no referido país.

Com a ocupação colonial portuguesa na Guiné em meados do século XV, este território passou a ser designado da “Guiné Portuguesa<sup>1</sup>”, pois era considerada a província Ultra-Mar portuguesa.

Durante várias décadas de colonização o povo da Guiné-Bissau liderado por PAIGC - partido que organizou e dirigiu a luta de libertação - começou a contestar o poder colonial e a pensar em ser independente. Nesta ótica, no início da década de 60 começou a percorrer caminhos e vias legais que podiam lhe fazer livre, pois estava cansado da opressão que sofria das forças colonias. Depois de vários anos de luta armada, o povo tornou-se livre e formou o Estado da Guiné-Bissau.

Após a consolidação da independência, a Guiné-Bissau se autoafirmou como um estado soberano com os seus órgãos executivos, adotando o modelo político democrático em prol do seu desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Guiné Portuguesa nome atribuído a Guiné-Bissau no quadro da colonização portuguesa, sendo considerado assim o território exclusivo da ultramar portuguesa. (CANDÉ MONTEIRO, 2012).

## 1.1 PROBLEMÁTICA

A Guiné-Bissau foi um país colonizado por Portugal e no âmbito dessa colonização sofreu muito com as políticas que foram implementadas por este. Como se sabe a colonização nunca foi algo desejado pelo colonizado. Com base nisso chegou a um momento em que o povo da Guiné-Bissau se sentiu cansado do regime colonialista por tanta opressão e maus tratos que a população sofria. Com isso, os guineenses decidiram fazer uma luta que no princípio tinha um carácter pacífico, mas que depois, por não surtir efeito, caminhou-se a uma luta armada. Nesta perspetiva, uma das inquietações é saber como ocorreu a descolonização portuguesa na Guiné-Bissau. Tentando perceber essa preocupação, vem à tona a necessidade de descobrir e de melhor se situar sobre a forma como iniciou o conflito armado. Durante esse período da luta de libertação, a população guineense no seu todo, composto por vários grupos étnicos se mobilizaram e fizeram as suas lutas e resistências. Nesse âmbito, procuro entender quais foram os papéis destes grupos étnicos na descolonização colonial e na construção do estado da Guiné-Bissau.

## **1.2 OBJETIVOS**

### ***1.2.1 Objetivo geral***

Analisar os processos que desencadearam a luta de libertação nacional da Guiné dita portuguesa.

### ***1.2.2 Objetivos específicos***

- Compreender os fatores históricos que deram início a luta armada;
- Descrever os papéis dos grupos étnicos na derrubada do sistema colonial;
- Analisar o papel do partido africano (PAIGC) para a independência da Guiné e de Cabo Verde na libertação colonial portuguesa em Guiné-Bissau.



### ***1.2.3 Hipóteses***

**Primeira hipótese:** A descolonização portuguesa na Guiné-Bissau ocorreu através da mobilização da população através dos movimentos da libertação, o que se converteu numa luta armada que durou vários anos e findou com a proclamação da independência e construção do estado da Guiné-Bissau.

**Segunda hipótese:** Devidos as políticas de administração territorial e do modo como as forças coloniais portuguesas tratavam a população guineense, o povo guiado pelo PAIGC e alguns líderes, entre os quais Rafael Barbosa, Aristides Pereira, Amilcar Cabral e além dos movimentos como FLING, MLG e outros, decidiram fazer uma luta contra o regime português, em prol da sua descolonização e da independência do seu país. A resistência que no início tinha um carácter pacífico, mas com o desenrolar da situação viu-se que esta estratégia não ia resolver a situação, sendo assim, se propôs um novo tipo de resistência que foi a luta armada.

**Terceira hipótese:** O papel dos grupos étnicos da Guiné-Bissau na descolonização e construção do Estado foi de adotar fortes medidas de resistência contra o regime colonial, fazendo as suas lutas de acordo com as áreas onde estavam localizadas, defendendo os seus territórios, culturas e costumes.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Conhecer e escrever sobre a história da descolonização portuguesa na Guiné-Bissau me surgiu em mente desde quando cursava o ensino secundário, entretanto, não tive a oportunidade de desenvolver melhor esse estudo antes. A história da Guiné-Bissau é uma narrativa oculta, ou seja, é uma história que raras vezes é contada ou lecionada como conteúdo curricular. O estado da Guiné-Bissau não cria mecanismos para incluir nos conteúdos curriculares a história da Guiné.

O que chamou a minha atenção a dedicar-me ao estudo sobre a história da libertação colonial na dita Guiné Portuguesa foi um fato ocorrido em 2011, quando estava no meu 9º ano de escolaridade. Um dia num “Djumbai” (numa diversão) com o meu professor de história na época, ele me contava sobre os percursos acadêmicos de Amílcar Lopes Cabral e o papel que este exerceu em prol da independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (pois para independência destes dois países, ocorreu uma só luta) e ainda sobre os seus legados e projetos políticos com objetivo de ver um Guiné “Mindjor” (melhor) e independente. Daí começou a me surgir inúmeras inquietações sobre os motivos da não implementação da história dos nossos combatentes de liberdade e das resistências anticoloniais no Projeto Político Pedagógico educacional da Guiné-Bissau, ao passo que ali se vê presente inúmeras histórias e historiografias de vários países e reinos que, se vejamos bem, não têm grande importância para os guineenses comparando com o conhecimento da sua própria história, pois a nossa história é a nossa “arma”. Convém conhecermos primeiro a nossa história e origem antes de conhecer a dos outros, pois ela é o que nos identifica e nos define, sendo assim, é a nossa identidade.

Com a chegada ao Brasil e a inserção no ambiente acadêmico na UNILAB, surgiu-me a necessidade de pesquisar mais sobre a história da Guiné-Bissau e da luta armada ali desenvolvida para obtenção da independência. Essa necessidade veio à tona quando, por duas vezes, fui confrontado pelos amigos que queriam saber da forma como ocorreu o processo da libertação colonial na Guiné-Bissau que culminou na independência dos dois países: Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Além disso era interpelado também sobre a figura de Amílcar Cabral, pois ouviram falar dele, mas não sabiam muito sobre e queriam que eu lhes narrasse um pouco. Respondendo a eles sobre o assunto, senti que as minhas explicações não tinham grandes embasamentos, pois falava o que sabia e o que ouvia de boca a boca no meu círculo social, sendo assim, percebi que minhas explicações não eram muito convincentes. A partir daí senti que algo me faltava, no caso o não conhecimento da minha história. Como

afirma inúmeras vezes a professora Artemisa Odila Cande Monteiro, “quem não conhece a sua história, está totalmente perdido no mundo”. Com base nisso, decidi por pesquisar mais sobre a história e historiografia da Guiné-Bissau para melhor conhecer a minha história, identidade e cultura.

Entretanto a relevância deste trabalho não se resume apenas a mim, mas a toda população guineense e aos demais interessados em conhecer a historiografia desta nação e do legado do grande líder mundial Amílcar Lopes Cabral. Portanto, este trabalho busca analisar os efeitos da colonização para compreender a razão e o desenrolar da luta armada.

Para a sociedade guineense, este trabalho apresenta uma grande importância, pois relata a sua historicidade que de certa forma é a sua força motriz. Conhecer a nossa história nos ajuda a compreender melhor a nossa sociedade, a fim de elaborar projetos em prol do seu desenvolvimento. Como se sabe, para que a Guiné-Bissau seja um país, foram feitas árduas lutas por parte de algumas pessoas. É importante conhecer os feitos destas figuras históricas, entre os quais destaco a Heroína Guineense “Titina Sila<sup>2</sup>”. Para assim se inspirar e ter a noção de que para a independência, várias pessoas morreram. Sendo assim, tens um compromisso com a pátria. Com tudo isso, quero afirmar que este trabalho é uma grande contribuição social, acadêmica e cultural para a Nação Guineense.

No que diz respeito a academia, o presente trabalho servirá de apoio para quem se interessar em conhecer, estudar, pesquisar ou desenvolver trabalhos sobre a Guiné-Bissau, como também para os que por uma certa razão pretendem conhecer a história da colonização europeia nos países da África, utilizando este trabalho como uma referência.

---

<sup>2</sup> Uma combatente guineense que lutou vários anos na guerra da independência.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Guiné-Bissau e a Colonização Portuguesa

Neste tópico tratarei sobre a Guiné-Bissau, sua localização geográfica, povos e culturas. Posteriormente relato sobre a forma como se ocorreu a ocupação portuguesa no solo da Guiné dita portuguesa, para assim situar melhor sobre as razões que fizeram o povo guineense se sentir revoltado com o regime colonialista, o que culminou na luta armada.

A República da Guiné-Bissau é um país que se encontra na costa ocidental da África, é composta por uma parte continental e outra insular ocupando uma área total de 36.125 km<sup>2</sup>. A superfície habitável é de apenas 24.800 km<sup>2</sup>, tendo em conta as terras cobertas pelas inundações das marés fluviais e pelo alargamento provocado pelas chuvas regulares e periódicas. Delimita-se com a República do Senegal, ao norte, com a República da Guiné-Conakry, a leste e ao sul, e a oeste é banhada pelo Oceano Atlântico. Além da extensão da terra, “acrescenta-se ainda o arquipélago dos Bijagós<sup>3</sup>”, contando “com mais de 80 ilhas, muitas delas desabitadas, de vegetação tropical densa”, isolado “do continente por diversos canais” (AUGEL, 2007, p. 49-50). Segundo Instituto Nacional de Estatística (S.d):

[...] arquipélagos dos Bijagós, composto por cerca de 90 ilhas e ilhéus, dos quais somente 17 são habitadas. Relevo, vegetação e hidrografia: Podem-se identificar essencialmente três zonas, uma costeira no Oeste, uma de transição no centro, caracterizada por planaltos ligeiramente ondulados e uma zona de planalto e de colinas na Região Gabú sector de Boé. A topografia favorece a existência de duas zonas de alta potencialidade produtiva, as zonas influenciadas pelas marés e as zonas circundantes às grandes bacias dos Rios Geba e Corubal, devido à grande disponibilidade de águas superficiais. Numerosos rios, dos quais o Cacheu, o Mansôa e o Geba são os mais importantes, percorrem o território e são as melhores vias de penetração no interior.

Acrescenta Mendy (1994) que o atual território da República da Guiné-Bissau foi delimitado em 1886 pela convenção entre Portugal e França: que demarcou para os portugueses uma pequena área confinada entre as latitudes de 10°59' norte e 12°20' norte e as longitudes de 13°40' oeste e 16°43'.

---

<sup>3</sup> O Arquipélago dos Bijagós faz parte da Guiné-Bissau e é constituído por várias ilhas situadas ao largo da costa africana, compondo uma área protegida, classificadas pela UNESCO em 1996 como reserva da biosfera. Esta reserva conta com uma diversificada fauna na qual se contam, entre outras espécies macacos, hipopótamos, crocodilos, aves pernaltas, tartarugas marinhas e lontras. Disponível em. <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquip%C3%A9lago\\_dos\\_Bijag%C3%B3s](https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquip%C3%A9lago_dos_Bijag%C3%B3s)>. Acesso no dia 17 de Dez 2018

De acordo com Candé Monteiro (2012), a Guiné- Bissau é separada do continente pelos canais de Geba, Bolama e Canhabaque. Ela compreende cerca de oito regiões: Bolama, Bafatá, Gabú, Cacheu, Biombo, Oio, Quinará e Tombali, mais o setor autónomo, Bissau, que é o capital do país.

As regiões estão, por sua vez, divididas em trinte e seis setores e estes em seções, compostas por tabancas (aldeias). As regiões e setores são dirigidos por Comitês de Estado, encabeçados por um Presidente. (INE. s.d): “O clima é quente e húmido, caracterizado como subguineano. Trata-se de um clima favorável para a prática de agricultura e a pesca que se constituem nas principais fontes de subsistência para a população.” (CANDÉ MONTEIRO, 2012, p. 224).

Conforme INE (s.d), a temperatura média na Guiné-Bissau é de 20°C, tendo duas estações climáticas, uma seca que vai de novembro a abril e outra de chuva que se estende de maio a outubro, estando as duas condicionadas pelo regime dos ventos. No norte e leste do país o clima é do tipo "sudanês" com muito calor e pouca humidade, enquanto no sul o clima é do tipo "sub-guineense", caracterizada por uma forte precipitação e temperaturas menos elevadas. A precipitação pode alcançar níveis aproximados de 2500 mm no Sul, enquanto no Norte têm sido registradas precipitações na ordem dos 1400 mm. Tem-se verificado desde a década de 50 uma tendência progressiva de declínio das precipitações.

Augel (2007) afirma que a área que constitui a Guiné-Bissau é um território plano, e possui um clima tropical, embora marítimo; ela apresenta-se nas regiões do leste com extensas planícies áridas, já na parte ocidental é ocupado por selvas e florestas. O território continental é cortado por rios caudalosos como o Geba, o Cacheu, o Corumbal, o Mansoa, o rio Grande de Buba e o rio Cacine, todos com inúmeros braços. O caju é a produção agrícola mais representativa, constituindo a maior percentagem das exportações. Cultivado por causa da castanha, exportada sem processamento e em grandes quantidades. A produção de arroz é a base para a alimentação da população. Bissau é a sua cidade mais importante com cerca de 300 mil habitantes e onde se encontra quase toda a economia não agrícola do país.

A Guiné-Bissau é um país muito rico no que diz respeito a cultura, ela possui diversos grupos étnicos, grupos estes que possuem as suas formas de viver, costumes, culturas, crenças religiosas e línguas/dialetos.

Mendy (1994) afirma que a Guiné-Bissau é compartilhada por uma enorme variedade de grupos étnicos: “Segundo o recenseamento de 1950, existem cerca de 30 grupos étnicos numa população indígena de 508 970 habitantes”.<sup>4</sup>

Dando ênfase a esta asserção, Augel (2007) afirma que a Guiné-Bissau é um país, como quase todos os países da África, constituído por grupos populacionais de origens múltiplas. O mosaico étnico da Guiné-Bissau é muito variado, tendo sofrido no decorrer dos séculos muitas alterações. A imigração, as guerras de conquista, conflitos internos e a colonização desempenharam um papel importante na redistribuição e no entrecruzamento populacionais.

“Apesar da pequena extensão do território, ali vivem dezenas de grupos e subgrupos étnicos muito heterogêneos, com suas culturas próprias, suas línguas, em grande parte muito diferentes uma das outra” (AUGEL, 2007, p. 76). Aos grupos étnicos correspondem igual número de línguas faladas no território guineense e todas elas já ali estavam antes da chegada dos europeus (SCANTAMBURLO *apud* AUGEL, 2007, p. 76). Conforme Augel (2007), dentre esses 30 grupos étnicos/linguísticos, os cinco mais numerosos são: Os Balantas (27%), os Fulas (22%), os Mandingas (12%), os Mandjacos (11%) e os Pepel “Papeis” (10%).

A antiga Guiné-Portuguesa que hoje é conhecido como a Guiné-Bissau, era parte na sua plenitude do reino mandinga de Kaabu que tinha durado setecentos anos e tinha começado como um Estado dependente do império de Mali, fundado pelo lendário rei guerreiro Mandinga, Sundiata Keita, no século XIII. (MENDY, 2012).

O Reino de Kaabu foi um dos reinos que existiu na África Ocidental, conheceu o seu apogeu com a queda do Império de Mali. O Kaabu<sup>5</sup> era um dos reinos que constituíam o Império de Mali, sendo assim com o fim deste o Kaabu se consolidou como sendo um reino independente. Fundamentando essa afirmação, Ly-Tall (2010, p. 28) afirma que “O Kaabu afirmou-se como reino independente a partir do século XVI, e passou a dominar o conjunto de países da Senegâmbia”. Segundo Barry (1990), a região conhecida como Senegâmbia compreenderia a totalidade dos Estados atuais do Senegal, Gambia e Guiné-Bissau, e alguns partes do Mali e da Guiné- Conakry. Esta região corresponde aquela finisterra do oeste africano abertamente virada para o oceano no cruzamento dos caminhos entre o Saara, a savana e a floresta.

---

<sup>4</sup> *Id.*, 1994, p. 77

<sup>5</sup> Kaabu não deve ser confundido com a cidade de Gabú, a segunda maior cidade do país (Guiné-Bissau), kaabu foi o reino que fazia parte do império de Mali, reino este que deu origem a país conhecido hoje como Guiné-Bissau. (LOPES, 2012).

Voltando no que tende a formação do território conhecido hoje como Guiné-Bissau a partir do kaabu, segundo Mendy (1994, p. 86):

Quando o Império de Mali se desmoronou, nos fins do século XIV, Kaabu tinha-se transformado num império de direito próprio, controlando politicamente uma vasta região, que se estendia desde o sul do rio Gâmbia até parte da Guiné-Conackry. O Império de Kaabú englobava 47 províncias sob o governo de Farim cabo [...] Todos os povos que constituíram hoje a Guiné-Bissau estavam sob o seu domínio de uma forma direto ou indireto.

Devido aos conflitos que existiam no kaabu, alguns povos/etnias que ali estavam, decidiram abandonar o reino imigrando para uma outra região. Nesta perspectiva, alguns povos que faziam parte do reino de kaabu se desvincularam dele e ocuparam outras áreas, entre as quais uma que hoje é conhecida como a Guiné-Bissau.

A história da região que hoje corresponde geopoliticamente à Guiné-Bissau quase se confunde com a dos reinos mandingas. Os mandinga, etnia muçulmana vindos do alto do Níger, construíram o Império de Mali e estendiam-se por uma imensa área na parte ocidental interior africana [...] O poder desses povos islâmicos conheceu o seu apogeu nos séculos XIII e XIV, dominando várias etnias que cultivavam os antepassados e as forças da natureza, povos que praticavam um regime comunitário acéfalo, sem poder estatal, sem hierarquia, e que guardaram, apesar de tudo, suas culturais originais (como os Balanta, os Manjaco, os Bijagó), ou em parte também se islamizaram, como foi o caso dos Beafada [...] Nos séculos XV e XVI, começou a expansão dos povos fula ou fulbe (Chamados pelos ingleses de Fulani e pelos franceses de peul), igualmente muçulmanos, que até o século XVIII estavam sob a dominação mandinga. Espalharam-se pela Guiné, principalmente durante o século XIX, sobretudo depois da conquista de Kansala, em 1867, destruindo o reino de Kaabú e estabelecendo a supremacia dos Fula na região. (LOPES *apud* AUGEL, 2007, p.51).

Sustentando essa alegação, Mendy (1994) afirma que o tratamento que os fulas receberam dos mandingas foi muito severo e cruel sendo sujeitados a pagamentos exorbitantes de todos os tipos e muitas vezes torturados fisicamente. A prolongada indignação e sofrimento dos fulas explodiu em revoltas e rebeliões no século XIX, contribuindo consideravelmente para a destruição do domínio mandinga e a queda do império de kaabu.

### ***2.1.1 Colonização Portuguesa na Guiné e as resistências dos grupos étnicos***

No que se remonta a chegada dos portugueses na superfície da Guiné-Bissau, como se sabe a expansão portuguesa ocorreu devido a ambição de navegar e conquistar o mundo a fim de conhecer novos territórios e de estabelecer trocas comerciais.

Conforme Lopes (1987), os portugueses chegaram ao solo conhecido hoje como Guiné-Bissau através do reino de kaabu que fazia parte do império de Mali. Kaabu era o mais importante reino dos que faziam parte do império devido ao progresso do comércio na costa, lugar que veio a se transformar num ponto de atração econômica da África Ocidental. Os

portugueses ao perceberem isso, chegaram a conclusão que era mais proveitoso estabelecer negócio direto com a família real do Kaabu do que com o Mali, deste modo, começaram a navegar por aquelas áreas. Através desta navegação e com o fim do reino de kaabu, os portugueses conheceram através das suas expedições o país conhecido hoje como Guiné-Bissau.

Por outro lado, para Mendy (2012), a influência política do reino de Kaabu se alargava a leste até a região de Casamance, no atual Senegal, ao norte até a atual Gâmbia e ao sul até partes da atual Guiné-Conakry. Na segunda metade do século XIX, ocorreu a desintegração do reino, em função de uma crise política interna e da intensificação da pressão das potências coloniais europeias, especialmente França, Inglaterra e Portugal, que passaram a disputar a domínio sobre o território e a própria definição de novas fronteiras.

De acordo com Augel (2007), o início da presença de navegadores portugueses na Guiné foi no século XV, precisamente em 1446, quando Nuno Tristão, vindo da costa senegalesa, aportou no litoral do território que mais tarde veio a ser a província portuguesa da Guiné. Essa foi a sua quarta viagem na “terra dos pretos”, foi morto por “nativos hostis” com uma caravana de viajantes. “A hostilidade dos nativos” se diz respeito, provavelmente, aos frequentes “ataques das frotas europeias” à costa ocidental africana, movidos pelo desejo de captura de indivíduos que eram comercializados como escravos: “O massacre teria sido na embocadura de um rio [...] entre as diversas hipóteses, pode ter sido na foz de um rio da Guiné, rio Geba ou rio Grande.” (SILVA *apud* AUGEL, 2007, p. 52).

Mendy (1994) relata que Nuno Tristão navegou sessenta léguas para sul de Cabo Verde e chegou à foz de um rio chamado Rio Grande, que hoje é a Guiné-Bissau, o que lhe deu o prestígio de ser o primeiro europeu a visitar esta parte do mundo. Depois de aportar, partiu com vinte e um dos seus homens, em dois pequenos barcos, para explorar a área. Quando remavam rio acima, foram saudados por uma saraivada de setas envenenadas vindas das “almadias” (canoas de guerra) de alguns “nativos hostis”, que causaram a morte de dezenove membros da expedição incluindo Nuno Tristão. “Os dois sobreviventes, com o resto da tripulação que ficara a aguardar a caravela, todos eles jovens, conseguiram escapar e navegar para Portugal.” (MENDY, 1994. p 108-109). Os processos de conquistas territoriais das potências europeias enfrentaram fortes resistências dos nativos “gentios<sup>6</sup>” em quase todas partes do continente africano. Algumas conquistas foram mais rápidas e outras demoraram e,

---

<sup>6</sup> “Trata-se dos indígenas, ou seja, aqueles que na concepção colonial não são civilizados, por não saber ler, escrever e falar português.” (CANDÉ MONTEIRO, 2012, p. 227).



por fim, acabaram por acontecer. Segundo Uzoigwe (2010), a ocupação militar portuguesa, iniciada na década de 80, apenas tinha sido completada no decurso do século XX.

No que diz respeito às razões da chegada dos portugueses na costa da Guiné, afirma Candé Monteiro (2013) que a chegada dos europeus à Costa Africana foi justificada pelo estabelecimento comercial de trocas de mercadorias. Mas também, veio a associar-se a estas mercadorias outro interesse muito particular que unia os traficantes de escravos europeus aos chefes locais, isto é, aos seus fornecedores.

Como se sabe, a ocupação europeia no continente africano não se restringiu somente a ocupação territorial, se desenvolveu a exploração, a escravização, a comercialização dos seus povos e por último a dominação ideológica/mental. De acordo com Lains (1998, p 469): “até ao início do século XIX, os interesses europeus em África concentraram-se essencialmente no tráfico de escravos para as Américas e a Grã- -Bretanha e Portugal foram durante muito tempo os principais agentes desse tráfico”.

No entanto, alguns historiadores e estudiosos chegam a considerar que só a partir de século XIX a XX se pode falar da colonização na Guiné-Bissau, pois, por muito tempo, “para Portugal a Guiné não passava de um entreposto de comércio de escravos, um centro comercial e não uma colônia de assentamento.” (SEMEDO, 2010, p. 19).

A Guiné-Bissau foi reconhecida durante 20 anos (1951-1971) como Guiné Portuguesa. Em 1951, a atual Guiné-Bissau foi declarada província do Ultra-mar, governada diretamente por funcionários portugueses. Deste modo, o país passou a se chamar de Guiné Portuguesa e considerada colônia exclusivamente de Portugal. (CANDÉ MONTEIRO, 2012)

A presença de navegadores e comerciantes portugueses no litoral da atual Guiné-Bissau data a meados do século XV, mas de fato a colonização e a dominação do território, somente se estabeleceu em 1915, através das brutais “campanhas de pacificação<sup>7</sup>”, como os portugueses as chamavam, implementadas pelo exército colonial português, que findaram com os assassinatos dos líderes de diferentes grupos étnicos que resistiam à colonização (PERREIRA e VITTORIA, s.d).

Segundo Mendy (1994, p. 43):

Na realidade, durante os anos imediatamente anteriores às campanhas de “pacificação”, o tipo de relação entre os dirigentes africanos e os agentes da expansão imperial europeia não tendia inevitavelmente para a confrontação armada. O simples facto de Estados africanos possuírem sólidas estruturas militares não significou necessariamente que a reacção ao avanço europeu fosse de cariz militar. Pelo contrário, alguns governantes viram a chegada dos brancos como uma bênção chegada no momento exacto; uma força contrabalançadora contra inimigos internos e externos. Por outras palavras, lutas internas pelo poder, guerras civis, medo de

---

<sup>7</sup> Jornada de conquista territorial portuguesa na então Guiné Portuguesa (conheceu resistências dos povos)

vizinhos poderosos ou de europeus com ambições imperiais, depauperamento originado por décadas de guerra e protecção de interesses económicos vitais foram motivos poderosos que levaram à colaboração.

De acordo com M'bokolo (2011), devido as práticas que vinham sido implementadas pelos colonizadores europeus durante a colonização, foram realizadas diversas resistências pelos colonizados, sobretudo os camponeses. Essas resistências na maioria das vezes aconteceram de forma pacífica. Geralmente os nativos fugiam para as matas, selvas e outros lugares para mais segurança, com intuito de não prestarem serviços de exploração, pois eram obrigados a pagarem impostos, trabalhos de cultivo forçados, serviço militar e várias outras tarefas que punham em questão as suas identidades.

Segundo Mendy (1994), na África Ocidental, a recusa de pagamento do imposto de palhota<sup>8</sup>, em Serra Leoa, em algumas partes da Costa do Marfim e na dita Guiné portuguesa contribui para “campanha de pacificação” das populações.

Fundamentando esta afirmação, Candé Monteiro (2012) sustenta que os processos de resistências na Guiné-Bissau foram um pouco tardios e dispersos, conduzidos muitas vezes pelas reações individuais e isoladas. Alguns grupos étnicos faziam as suas resistências tendo em conta as áreas onde estavam localizadas, mas também havia vários chefes locais de algumas etnias que se aliaram ao colonialismo e recusaram a participação nos processos de resistência por acreditarem em benefícios da colonização no apoio para a consolidação e manutenção dos seus poderes.

Conforme Mendy (1994), apesar dos portugueses tenham estabelecido relações amigáveis com algumas classes dominantes locais, que lhes permitiram fixar no território como “hóspedes” e comercializar, geralmente com benefícios mútuos, a atitude imperialista dos portugueses encontrou sempre uma oposição feroz entre os africanos.

A resistência dos diferentes grupos étnicos na então Guiné Portuguesa ao regime colonial português se deu mais pela chegada repentina destes as suas zonas de influências e outros pela natureza exploradora e opressiva que o sistema colonial português viria a implantar. Em várias regiões do território guineense as pessoas foram submetidas ao pagamento de impostos, trabalhos forçados, cultivo obrigatório de produtos para exportação, serviço militar e várias práticas de submissão.

De maneira geral, reconhece-se que os africanos da Guiné ofereceram forte resistência à ocupação portuguesa: prova disso são as campanhas de conquista que

---

<sup>8</sup> Imposto de palhota é um tipo de pagamento de imposto que se faz por cada casa habitada, este tipo de imposto fez muitas famílias a optarem por viver juntos, pois quanto mais números de casas, mais é o pagamento.

só terminaram em 1915. Contudo, pode-se destacar no grupo indígena, com cerca de 500.000 habitantes, os islamizados — Fulas e Mandingas. Esses mereceram grande reconhecimento dos portugueses. Foram considerados superiores pelos portugueses, por terem protagonizado grandes impérios subsaarianos e desenvolvido organização social e política mais sofisticada. Obtiveram, com efeito, distinção especial, e, talvez, por essa razão, muitos fulas e mandingas colaboraram com os portugueses. Os demais guineenses considerados animistas se revelaram mais resistentes à presença portuguesa. (INDJAI, 2012, p.34).

O período de 1913 a 1915 foi marcado pela campanha de pacificação que causou a derrota dos papéis, que até essa data mantinham o controlo da ilha de Bissau, a área em que atualmente se localiza a capital do País (AUGEL, 2007). Segundo Candé Monteiro (2013, p.103), na Guiné-Bissau:

As resistências tiveram características regionais e étnicas, devido à configuração social do país, sendo que cada grupo étnico pertence a uma terra [...] os processos de resistências étnicas foram desencadeados de forma regional por cada grupo étnico.

Os portugueses depois de se instalarem muito bem nos territórios da Guiné-Portuguesa mudaram dos seus objetivos primordiais, que era de estabelecer trocas comerciais com os povos nativos, pois quando chegaram neste território perceberam que é um lugar muito rico em termos de produtos naturais e tem um bom solo para a agricultura. De acordo com Candé Monteiro (2012, p. 226), a Guiné Portuguesa era considerada por portugueses, ora como “costa de ouro, costa de malagueta, costa de marfim, sendo classificada consoante a predominância de produtos comerciais que se vendia”. Mas, com tudo isso chegou a um momento em que começaram a mudar os seus rumos, escravizando a população e exporta-los para fora que resultou na construção de algumas feitorias nesta região.

A primeira feitoria erguida foi a de Cacheu em 1588 no curso do rio Cacheu (LOPES *apud* AUGEL, 2007). De acordo com Augel (2007, p. 54):

Em 1607, o régulo<sup>9</sup> de Guinália cedeu aos portugueses a ilha de Bolama, para que nela se estabelecessem e defendessem os seus territórios contra ataques dos Bijagó, povo insular estabelecido nas muitas ilhas do arquipélago do mesmo nome.

Alguns líderes e chefes das aldeias se associavam ou ofereciam os seus apoios aos portugueses, pois viam estes como pessoas ideais ou salvadores da pátria, porque estes eram minados de recursos matérias e também se aparentavam como pessoas que queriam ajudar: “Em 1642, cidade de Cacheu torna desde então a capitania e principal referência dos

---

<sup>9</sup> Autoridade máxima de uma tabanca ou região, ele possui um poder incontestável.

portugueses para acesso ao resto do país, sendo Farim fundada em 1640, e a atual capital Bissau teve a sua ocupação em 1686.” (CANDÉ MONTEIRO, 2012 p. 225).

O regime colonial português desenvolveu diversas estratégias para apropriação territorial da então Guiné portuguesa. Dentre as estratégias conta a “Campanha de pacificação” que visava conquistar terras e regiões que até então estavam sob domínio dos nativos.

Conforme Mendy (1994), a campanha de pacificação ocorreu em Mansoa em março de 1913. Em Cacheu, com a chegada de Teixeira Pinto<sup>10</sup> e seus homens com armamentos de guerra ao porto de Cacheu, foram confrontados com ataques por parte da população. Em Maio do mesmo ano foram para Oio com o mesmo propósito, desta vez com um número considerável de militares, por terem encontrado maior resistência. Entre janeiro e abril de 1914 ocorreu a campanha contra manjacos. A campanha girava em torno de imposto de palhota. Os manjacos se recusaram a pagar qualquer tipo de imposto, pois elencavam que não pagariam impostos para os invasores. Em fevereiro de mesmo ano a campanha foi contra os mancanhas. No mês de abril seguiram contra os balantas. Por fim, a campanha de pacificação no território continental se findou com a etnia pepel.

As resistências conflituosas dos grupos étnicos/linguísticos contra o regime colonialista português na Guiné-Bissau receberam influência de diversos fatores. Segundo Hernandez (2008, p. 538):

[...] a cobrança de impostos foi a primeira responsável pelos conflitos (vinte e cinco casos), quer pela sua imposição quer pela forma de cobrança, frequentemente não isenta de atos de corrupção ou de arbitrariedades. Seguiram-se as pressões administrativas (vinte e três ocorrências) e, a longa distância, a defesa contra a repressão (onze elementos), a pirataria ou pilhagem (sete), a oposição à expansão dos fulas (seis), a hostilidade comercial (cinco), a insatisfação dos grumetes (três) e o combate forçado (um caso).

Ainda salienta Hernandez (2008) que, em conjunto, esses combates se caracterizam pela extrema violência embutida na ideologia da “pacificação”, baseada na política do Estado Novo que, pelo ato colonial, vigorava a centralização, prendendo as colônias à metrópole: “As lutas em defesa da soberania, da liberdade, da cultura e das identidades foram respostas dos “pretos” da Guiné às investidas militares portuguesas, visando à dominação colonial”. (CAMPBELL, 2009, p.40).

---

<sup>10</sup> João Teixeira Pinto nasceu no Sul de Angola na Cidade de Moçâmedes, sul de Angola. Filho de um oficial de exército. Graduou-se em academia militar em Portugal. Voltou à Angola no ano de 1902, e em 23 de setembro de 1912 foi enviado para dita Guiné portuguesa, onde ocupou o cargo de chefe do Estado-Maior. (MENDY, 1994).

### **2.1.2 A Conferência de Berlim e a demarcação territorial: O caso de Guiné-Bissau**

Em 15 de Novembro de 1884 a 1885 foi realizada a conferência de Berlim, onde a África foi dividida em toda sua parte pelos países europeus, invasores deste continente. Conforme afirma Uzoigwe (2010), antes da conferência de Berlim, as potências europeias já tinham suas zonas de influência na África por diversas formas: mediante a instalação de colônias, a exploração, a criação de entrepostos comerciais, os estabelecimentos missionários, a ocupação de zonas estratégicas e os tratados com dirigentes africanos. Após a conferência, os tratados tornaram-se os instrumentos essenciais da partilha da África no papel. Existiam dois tipos de tratados: os celebrados entre africanos e europeus, e os bilaterais, celebrados entre os próprios europeus.

Essa divisão feita sobre a África na conferência de Berlim, afetou e acabou com várias famílias, culturas, crenças e terras. O exemplo é a Guiné-Bissau, que segundo Candé Monteiro (2013), nem sempre foi o mesmo território da chamada Costa da Guiné ou Costa Africana, ou melhor, Senegâmbia, pois a divisão aleatória da Conferência de Berlim em 1884-1885 traçou fronteiras e separou povos sem levar em conta as tradições culturais dos grupos étnicos existentes e suas fronteiras, obedecendo, portanto, somente aos interesses econômicos. Através desta conferência, o país que hoje é conhecido como Guiné-Bissau foi cedido a Portugal.

Segundo Augel (2007), durante o projeto de partilha da África, Portugal na altura não tinha como competir com as grandes potências imperialistas, lhe atribuíram só as colônias de Angola, Moçambique, as ilhas de São Tomé e Príncipe, o arquipélago de Cabo Verde e, por fim, a Guiné-Bissau. Entretanto, as linhas fronteiriças da Guiné tinham sido fixadas a partir do acordo firmado entre Portugal e França, em 12 de Maio de 1886.

Durante séculos, o território guineense foi administrado conjuntamente com o arquipélago de Cabo Verde, inicialmente desabitado, tendo-se estabelecido como um entreposto indispensável para tráfico humano e para abastecimento da navegação transatlântica. A ocupação do território continental intensificou-se em 1850, e os estrangeiros eram constantemente confrontados com uma grande resistência por parte das populações locais. Em março de 1879, a colônia foi separada administrativamente de Cabo Verde e recebeu nome de Guiné-portuguesa; foi quando, então, passou a ter uma administração própria, sendo a capital sediada na ilha de Bolama, no arquipélago dos Bijagós [...] Bolama desenvolveu-se muito, caindo aos poucos na decadência, depois que a capital foi transferida para Bissau, em 1940.<sup>11</sup>

De Acordo com Campbell (2009), o governo português de Cabo Verde, para reforçar a sua soberania evitando perder territórios, em 1879, decidiu que a Guiné-Bissau

---

<sup>11</sup> *Id.*, 2007, p. 54

ficaria ligada diretamente à Metrópole e Bolama passaria a ser o centro da administração, a capital. A ilha de Bolama, dada a sua proximidade com o continente, era um ponto estratégico para o comércio na Guiné e em decorrência já havia despertado o interesse dos ingleses que em 1860 tentaram anexá-la à colônia de Serra Leoa. Em 1870, por meio da arbitragem do presidente dos Estados Unidos Ulysses Grant, foi reconhecido ao Portugal o direito histórico de ocupação a este território. “A atual capital do país, Bissau, foi fundada em 1697, com intuito de servir de suporte para a fortificação militar e entreposto de tráfico negreiro, que mais tarde viria a ser elevada a cidade e a capital do país”. (CANDÉ MONTEIRO, 2012 p. 225).

## **2.2 Da luta de libertação nacional à construção do estado e da nação guineense**

Esta seção fala dos primórdios da libertação colonial na Guiné-Bissau, e ainda relata a forma como se desenvolveu as lutas para libertação e, por fim, aborda sobre os momentos que marcaram o fim da ocupação portuguesa e o início da construção do Estado da Guiné-Bissau.

### ***2.2.1 Primórdios da libertação nacional***

A Guiné-Bissau, como a maioria dos países africanos, para conseguir a sua independência conheceu a luta pacífica (que são as tentativas feitas através dos movimentos de libertação para negociar a independência, o que não foi o caso) e posteriormente a luta armada contra o regime colonizador português. Esta luta armada iniciou em 1963 e terminou em 1973 com o abandono das forças portuguesas neste território.

Para falar da luta de libertação nacional precisamos conhecer um pouco da história do homem que ficou conhecido como o pai da nacionalidade guineense: Amílcar Lopes Cabral.

Amílcar Cabral nasceu em Bafatá (Guiné Portuguesa), em 12 de setembro de 1924. Aos oito anos de idade mudou-se com a sua família para a ilha de Santiago (Cabo Verde), onde completou a escolaridade primária. No ano letivo de 1937/1938 foi matriculado no Liceu Gil Eanes em São Vicente (Cabo Verde). Cabral sempre esteve entre os melhores alunos deste Liceu. Em 1944 concluiu o Liceu com média de 17 valores, o máximo era 18 valores. (CAMPBELL, 2009).

Amílcar Cabral foi a principal liderança na construção do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Sua militância intelectual e sua ação prática na liderança do PAIGC o tornaram um símbolo da luta política pela libertação colonial na Guiné-Bissau e em África. Ele não era só um revolucionário: era um pedagogo da revolução. Ensinando e aprendendo com seu povo, Cabral foi um dos líderes que conduziu o processo de emancipação através de uma luta política cotidiana. (PERREIRA e VITTORIA, s.d).

Em 1944, com a fundação da Casa dos Estudantes do Império Português (CEI), inúmeras personalidades históricas que, posteriormente, participaram na luta para independência dos seus países, foram ali estudar. Entre os quais Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade e Viriato da Cruz. Ali, até 1965 quando do seu fechamento, discutiu-se muita parte da produção pan-africana, sobretudo da negritude, um conjunto de ideias como a democracia, o antifascismo, o socialismo, a unidade africana e a independência, com a explícita condenação do colonialismo e do imperialismo. (CAMPBELL, 2009):

É importante ressaltar o papel transformador que essas ideias tiveram na mobilização e na organização dos estudantes e intelectuais africanos. Amílcar Cabral, que levou consigo as experiências vividas nos mundos do trabalho de Cabo Verde e da Guiné, articulando-as aos temas discutidos na Casa dos Estudantes do Império (CEI), identificou questões comuns aos territórios sob dominação colonial, discutidos à luz de temas próprios do pós Segunda Guerra Mundial. Ao regressar, em 1952 para a Guiné como engenheiro agrônomo da Estação Agrícola do Pessubé - da Repartição Provincial dos Serviços Agrícolas e Florestais -, foi encarregado de planejar e dirigir o Recenseamento Agrícola de 1953. O técnico, nos moldes do que aprendera no Instituto Superior de Agronomia (ISA) como trabalho científico, coletou dados quantitativos para o recenseamento e efetuou uma cuidadosa coleta de dados qualitativos sobre a composição da população “indígena” e de suas características culturais. Isto lhe permitiu pensar, com mais eficácia, uma estratégia política para mobilizar a população e dar combate ao sistema colonial.<sup>12</sup>

Ao se tornar responsável de recenseamento agrícola (1952-1954) das diversas regiões da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral adquiriu conhecimentos acerca da realidade econômica e sociocultural das diversas etnias e também pode “reconhecer os fundamentos essenciais das motivações para uma luta contra a dominação colonial”. (VÍLLEN *apud* Té, 2016, p.39).

### ***2.2.2 Da fundação do PAI (GC) à preparação para luta***

Em 19 de setembro de 1956, Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio de Carvalho e Elisée Turpin fundaram o Partido Africano para Independência – União dos povos da Guiné e Cabo Verde (PAI), tendo como divisa “Unidade

---

<sup>12</sup> *Id.*, 2009, p. 68.

e Luta” (HERNANDEZ, 2008; PEREIRA, 2003 e AUGEL, 2007). Apesar de esta ser a data oficial da sua criação, para alguns autores, como (NDJAI, 2012; CANDÉ MONTEIRO, 2013), a fundação do PAI (GC) não foi precisamente nesta data, 1956, pois não tem nenhuma ação oficial que comprove. Além disso, Amílcar Cabral parece não estar na Guiné-Bissau em 1955, pois em 1955 foi expulso da Guiné pelo governador Diego de Mello e Alvim (NDJAI, 2012). De acordo com Silva (2006), em 19 de setembro de 1956, num domingo à tarde, intervindo num círculo de amigos convidados para o feito, Amílcar Cabral propôs a constituição de um partido político para alcançar a independência da Guiné e Cabo Verde e defender a Guiné-Bissau. A informação apontada por este autor é inconsistente pois 19 de setembro de 1956 não foi um domingo, mas sim uma quarta-feira (baseado no calendário de 1956). Segundo Ndjai (2012) e Candé Monteiro (2013), o PAIGC foi fundado em 1959. Esta inconsistência foi apresentada para contextualizar a problemática que existe hoje em relação a criação do partido libertador da Guiné. O PAIGC quando foi fundada era designada de PAI, com o tempo incluíram o GC (Guiné e Cabo Verde) na sigla.

“Depois da organização do partido, em outubro de 1960, a sigla PAI foi oficialmente mudada para ‘PAIGC’: Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde. (HERNANDEZ, 2008, p. 541)”. O Amilcar Cabral foi a figura que liderou o PAIGC até a data da sua morte em 20 de Janeiro de 1973.

O PAIGC foi o partido que organizou e dirigiu a luta na Guiné-Bissau. Na sua fundação, determinou estatutariamente quatro ações: “a conquista da independência nacional; os objetivos do progresso Económico; o desenvolvimento social e cultural; e a democratização da Guiné e de Cabo Verde”<sup>13</sup>. A autora ainda alega que o PAIGC também integrou organizações supraterritoriais articuladoras das “lutas de libertação” como: o Movimento Anti-Colonialista (MAC) fundada em 1957, que contava com apoio do partido Comunista Português; a Frente Revolucionária Africana da Independência Nacional (Frain), fundada em Janeiro de 1960, como centro coordenador das lutas nacionais nos territórios africanos sob dominação portuguesa, e a Conferência das Organizações de Libertação das Colônias Portuguesas (CONCP), fundada em 1961, que sucedeu a Fain, para ordenar as “lutas de libertação” das colônias portuguesas contra o imperialismo e o colonialismo.<sup>14</sup>

O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde não era o único movimento que lutava em prol da libertação colonial na Guiné, também existia alguns movimentos como MLG (1958), FLING (1962) e vários grupos étnicos que se organizavam

---

<sup>13</sup> *Ibid.*

<sup>14</sup> *Id.*, 2008, p. 541.



em grupos estruturados e lutavam contra os colonizadores. Sustentando essa alegação, Candé Monteiro (2013) afirma que os primeiros movimentos que surgiram na Guiné-Bissau e que visavam a independência foram: o Movimento para a Independência da Guiné (MIG); o Movimento para Libertação da Guiné (MLG); a União das Populações da Guiné (UPG), a União da População para Libertação da Guiné (UPLG); Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG); o Partido Africano para Independência (PAI), que mais tarde daria origem ao PAIGC; e a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), resultante da união de vários grupos políticos (UPG, o RDAG e a UPLG).

Deixando de fora o PAIGC (criado por guineenses de etnias diferentes e por cabo-verdianos), a maioria destes movimentos tinham um carácter religioso e étnico, ou seja, foram movimentos criados por grupos de indivíduos da mesma nacionalidade ou mesma religião. Esse formato dificultou muito o PAIGC no sentido de coligação que incentivava a realização da luta, a ideia da “Unidade e Luta”, que defendia a junção dos movimentos, unificado para dirigir a luta, pois só assim seriam capazes de derrotar o regime colonial português. De acordo com Ndjai (2012), para Cabral, Unidade e luta é “transformar um conjunto diverso de pessoas num conjunto bem definido, buscando um caminho para alcançar os objetivos”. O PAIGC não conseguiu pôr em prática esta sua ideia da união entre todos os movimentos que visavam a independência da Guiné, pois alguns líderes e dirigentes dos diferentes movimentos se recusavam a fazer parte desta coligação acusando PAIGC de integrar na sua organização alguns Cabo verdianos. De acordo com estes a luta deveria ser só dos guineenses. Alega Matos (2015, p.3) que “o movimento nacionalista mais activo no incitamento das populações nativas à revolta é o Partido Africano da Independência (PAI), dirigido por Amílcar Cabral, que defende a independência da Guiné e das ilhas de Cabo Verde”.

### ***2.2.3 Início, desenvolvimento e fim da luta***

A luta contra a desocupação do regime colonial português na Guiné-Bissau, no início tinha um carácter pacífico, onde o PAIGC tentava por todos as vias legais negociar a independência com Portugal exigindo-lhe a sua retirada no território. Estas negociações não surtiram efeito pois o Portugal nunca tinha a intenção de se retirar e libertar o povo da Guiné-Bissau. Baseando nisso, conforme Pereira (2003), as primeiras tentativas para a independência da Guiné-Bissau e a retirada do colonizador Portugal foram sempre pacíficas, onde o PAIGC desenvolveu inúmeras tentativas de negociações com as forças portuguesas na Guiné dita portuguesa, mas sempre houve o desinteresse por parte do Portugal em conceder

independência a Guiné. Sustentando essa alegação, de acordo com Hernandez (2008, p. 544-545):

Em outubro de 1961, o PAIGC apresentou um memorando à XVI Assembleia Geral da ONU, solicitando que se fizesse valer a resolução da “autorga da independência aos países e povos coloniais”. Ao mesmo tempo, enviou uma Carta Aberta ao Governo Português, propondo negociar politicamente a independência. A resposta, no entanto foi o recrudescimento da luta, com o governo português dando ordens para o ataque à população civil.

Após vários fracassos nas negociações o PAIGC decidiu mudar de estratégia saindo da luta pacífica para armada. Segundo Matos (2015, p.3): “Perante as recusas óbvias de Salazar, Amílcar Cabral percebe rapidamente que a única forma de derrubar o poder colonial português seria com o recurso à luta armada.”

Em 1958, foi criada a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), um movimento que visava o bem-estar dos trabalhadores. Este movimento, em 3 de agosto de 1959 realizou uma greve geral dos estivadores, marinheiros e trabalhadores do porto do Pindjiguiti<sup>15</sup>, onde protestavam contra os baixos salários que estes recebiam. Foram brutalmente repelidas pelas forças coloniais, matando 50 deles e outros foram gravemente feridos (AUGEL, 2007).

De acordo com Matos (2015), os acontecimentos de Pindjiguiti levam o PAIGC a adotar uma nova orientação. O partido torna-se mais ativo na contestação ao poder colonial português, começa a preparar-se para a luta armada e decide transferir parte da direção para o exterior. Desta forma, Amílcar Cabral muda-se para Conakry em maio de 1960 onde procura apoios junto das embaixadas estrangeiras e tenta formar jovens para a luta pela independência.

O potencial de radicalização do PAIGC foi revelado em agosto de 1961 quando declarou publicamente a passagem da fase da luta política para a sua insurreição. No mesmo ano, o PAIGC voltou-se para a mobilização dos povos do sul, ganhando a confiança dos trabalhadores agrícolas e iniciando o recrutamento sistemático da população local (HERNANDEZ, 2008): “Em Conakry, Cabral consegue montar, juntamente com os dirigentes que permanecem em Bissau, uma rede de células clandestinas em vários pontos da Guiné de forma a incrementar as atividades do partido.”<sup>16</sup>

O PAIG, para intensificar as mobilizações, começou a mandar os seus militantes e membros para todas as partes da Guiné-Bissau para ir convencer a população a aderir a luta,

---

<sup>15</sup> Nome de um porto na Guiné-Bissau

<sup>16</sup> *Id.*, 2015, p. 39

“integrado por um grupo de militantes da primeira hora (Aristides Pereira, Luís Cabral, Rafael Barbosa, Fernando Fortes e outros), o PAIGC mobilizou uma série de mobilização e reivindicação em Bissau” (PEREIRA, 2003, p.141). O massacre de Pindjiguiti permitiu ao PAIGC tomar consciência de que eram alvo de ações, de mobilizações e de reivindicações nos centros urbanos “Bissau”, sendo assim enviou os seus homens mais para o interior do país<sup>17</sup>.

Em 1962, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE<sup>18</sup>) adotou um novo modelo de atuação, entevia com mais força e repressão contra o PAIGC e os movimentos que faziam as mobilizações. Neste mesmo ano fez uma ação à base clandestina do bairro de Cobornel onde prendeu Rafael Barbosa e mais de 100 militantes e simpatizantes do PAIGC (CABRAL, 1984)

Devidos as perseguições que eram alvos, o PAIGC decidiu instalar-se na República da Guiné, onde deu início ao trabalho de preparação para a luta armada. Com base nisso, “criou-se o então chamado Lar dos Combatentes em Conacri, que acolhia Voluntários e patriotas que chegavam para receber explicações sobre os objectivos da luta que se propunham empreender contra o colonialismo português.”<sup>19</sup> Rafael Barbosa<sup>20</sup> era uma das personalidades que mobilizava e liderava as pessoas.

Preparando-se para a luta, o PAIGC não mandava as pessoas só para Guiné Conacri, também enviavam outros jovens para diferentes países do mundo a fim de receberem formações para depois voltar e servir na luta pela independência. Dando ênfase a essa afirmação, de acordo com Matos (2015), o PAIGC mandava pessoas para a formação dos quadros políticos e militares no exterior, nomeadamente nos países como China, Checoslováquia, Gana, Marrocos, Mali e Guiné Conacri.

Antes do início formal da guerra para Independência, havia certas ações de resistência e ataques que eram realizados por partes de alguns movimentos de libertação contra as bases, quartéis e lugares onde residiam as forças portuguesas.

O Movimento para Libertação da Guiné (MLG) criada em 1958 por Rafael Barbosa, foi um dos primeiros movimentos que iniciou as ações de resistências e guerrilhas na Guiné-Bissau. Segundo o autor José Matos:

Apesar da actividade do PAI, é o Movimento de Libertação da Guiné (MLG), com sede no Senegal, que desencadeia, em Julho de 1961, as primeiras acções de sabotagem na Guiné. Estas acções acontecem na noite de 17 para 18 de Julho,

---

<sup>17</sup> *Id.*, 2003.

<sup>18</sup> Foi a polícia política portuguesa entre 1945 e 1969, responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime político vigente

<sup>19</sup> *Id.*, 2003, p. 142.

<sup>20</sup> Um dos combatentes mais destacados durante a luta de libertação

quando um pequeno grupo de elementos do MLG corta a linha telefónica entre S. Domingos e a tabanca de Beguingue, e tenta, ainda, incendiar a ponte de Campada, no norte da Guiné. Três noites depois, um grupo, desta vez mais numeroso, ataca “o aquartelamento de S. Domingos fazendo uso de terçados, armas de caça, espingardas e garrafas de gasolina”. No dia 25, outro grupo armado provoca danos materiais na estância turística da praia de Ponta Varela e ainda em Susana, “fazendo depredações e pilhando a maioria dos edifícios públicos, inclusive um posto sanitário”. Estas acções fazem com que muitos europeus espalhados pelo interior do território fujam em direcção a Bissau. Estes primeiros ataques levam o Governo em Bissau a destacar efectivos militares para as zonas atingidas, o que parece ter dissuadido novos ataques por parte do MLG.<sup>21</sup>

Conforme Augel (2007), a luta armada para a independência teve início no dia 3 de Janeiro de 1963, depois de alguns anos de preparação. O PAIGC lançou a luta armada em 1963, começando com “pequenos grupos de guerrilha nas propícias regiões de mata fechada ou de floresta”, aumentou-os numericamente e transformou-os, pouco a pouco, em “unidades importantes que, não localizadas, estavam disponíveis para rápidos movimentos em longas distâncias e estavam aptas para o combate”. Ativamente apoiados e ajudados pela população camponesa, estas unidades móveis cresceram em tamanho e poder de fogo, aprendendo a utilizar toda espécie de armas, inclusive mísseis de longo alcance, embora os seus membros fossem, em sua maioria, analfabetos (SURET-CANALE e ADU BOAHEN, 2010).

Os guerrilheiros do PAIGC atacaram o quartel de Tite<sup>22</sup> onde se encontrava o exército português. Esse ataque foi possível devido a estratégia dos combatentes nas florestas e tabancas mais longínquas do país. Eles tinham armamentos eficientes capazes de aniquilar o colonizador. O PAIGC tinha em torno de seis bases na zona Sul, enquanto que no Norte, nos primeiros momentos, tinham apenas duas. Com esse ataque, o governo português foi surpreendido, pois não esperavam os ataques pelo interior, mas sim através da fronteira. (SILVA, 1997).

Segundo Matos (2015, p.5):

Este ataque é protagonizado por quinze a vinte elementos do PAIGC que atacam o quartel de madrugada, provocando um morto e dois feridos entre as tropas portuguesas. Os guerrilheiros mantêm o quartel sob fog intenso durante meia hora e, na escaramuça, sofrem três mortos. O ataque, no entanto, assinala simbolicamente o início da guerra na Guiné, embora a actividade subversiva do PAIGC fosse já anterior a esta data. Nessa mesma noite, as forças portuguesas sofrem uma emboscada na região de Fulacunda (área de Buba) perdendo dois soldados. Quatro dias depois, um novo ataque da guerrilha na mesma região provoca mais dois mortos e quatro feridos nas tropas portuguesas. Ainda no mês de Janeiro, as forças portuguesas registaram as primeiras emboscadas na região de Bedanda, no sul da Guiné, e as acções da guerrilha continuam nos meses seguintes aumentando de intensidade.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 3-4.

<sup>22</sup> Fica no Sul da Guiné-Bissau. É um sector da região de Quinara

Em março, enquanto o PAIGC ataca no sul da província, o MLG atacava ao norte, efetuando várias ações contra povoações e emboscadas a viaturas militares dos portugueses<sup>23</sup>. Segundo Hernandez (2008), os movimentos espalharam-se por todo o sul, onde derrotaram as tropas portuguesas, também tiveram um considerável avanço ao norte e foram ocupando pouco a pouco o leste. Dessa forma, os ataques foram se alastrando por todo o território e o combate ganhando grandes proporções.

No norte da Guiné as ações eram desencadeadas pelo MLG, a partir da região de Casamansa no Senegal onde se refugiam depois dos ataques. O PAIGC atuava principalmente no sul da província com grande liberdade de ação, perturbando significativamente a atividade econômica naquela região. Entre os dois grupos o PAIGC é o que se encontra mais bem armado e melhor preparado recebendo apoio logístico da República da Guiné e apoio material dos países do leste europeu (MATOS, 2015).

Em 1964, após um ano da luta armada, aconteceu uma batalha que foi marcada como um dos acontecimentos decisivos da luta armada. De acordo com o autor Aristides Perira:

Um ano depois da luta armada de libertação nacional, travou-se a batalha de Komo<sup>24</sup>, que teve como objectivo a conquista do controlo de todo o sul da Guiné. As forças do PAIGC ali estacionadas, em circunstâncias de debilidade logística e de efetivos militares, resistiram heroicamente cerca de 75 dias ao bloqueio naval, apoiado pela aviação e infantaria das forças coloniais. Apesar de a direcção do partido ter dado ordens às mulheres e aos velhos para que se retirassem da ilha, quase toda a população tomou resolutamente a decisão de apoiar de forma activa os combatentes. A resistência tenaz dos guerrilheiros e as perdas humanas e matérias obrigaram as tropas coloniais a abandonar a ilha de Komo. (PEREIRA, 2003, p. 172).

De acordo com Woollacott (1983), a batalha na ilha de Como, que ocorreu em 1964, provavelmente foi um dos acontecimentos militares mais importantes das guerras africanas pois representou um momento decisivo de grande alcance. Durante mais de três meses o exército português lançou ataques sucessivos sobre as ilhas Como na tentativa de se assegurar uma base estratégica a partir da qual pudesse atacar a frente sul do PAIGC. Esta operação foi, todavia, um insucesso. De acordo com Candé Monteiro (2013), mesmo com toda a supremacia militar das forças coloniais, os guerrilheiros do PAIGC venceram a batalha da Ilha de Como. Desde então, esse território passou a fazer parte das regiões denominadas de zonas libertadas, que estavam sob domínio do PAIGC, que tinha como comandante das operações João Bernardo Vieira<sup>25</sup> (Nino Vieira), responsável pela frente sul: “A batalha de

---

<sup>23</sup> *Id.*, 2015.

<sup>24</sup> Uma ilha que fica no sul da Guiné-Bissau

<sup>25</sup> Um dos antigos combatentes mais destacado durante a luta, era braço direito do Amílcar Cabral

komo, para além de ter funcionado como balão de ensaio para as batalhas vindouras, permitiu ainda ao PAIGC, no plano exterior, a conquista de prestígio e solidariedade internacionais (PEREIRA, 2003, p. 172).

Com esta batalha alguns países e organismos internacionais aprovaram a capacidade de guerra que o PAIGC tinha, sendo assim, alguns decidiram apoiar. Recebendo estes apoios a luta ganhou uma outra visão que permitiu ao PAIGC apresentar ferrenhos ataques contra as forças coloniais.

Afirma Hernandez (2008, p.545) que até 1964, “quase metade do território guineense estava em mãos do movimento de independência. Essa avaliação levou os líderes do PAIGC a organizar, em fevereiro de 1964, o congresso de cassacá<sup>26</sup>”.

Segundo Pereira (2003), em 1964, nos dias 13 e 17 de fevereiro, o PAIGC realizou o seu primeiro congresso, denominado Congresso de Cassacá, que foi proposto por Luís Cabral, onde o mesmo sugeriu que este decorresse numa área libertada da Guiné, assim para que possa ter um impacto junto das populações. Esta reunião tinha como objetivo principal resolver os problemas que estavam a minar a confiança das populações. De acordo com Cabral (1984, p. 196): “o encontro de Cassacá tinha provado uma fraqueza inqualificável no comportamento dos nossos camaradas responsáveis em relação a erros muitos graves cometidos na prática da luta armada.”

Segundo Pereira (2003), tomando como referência o congresso de Cassacá, em 1969 o PAIGC realizou um novo encontro que tinha como objetivo fazer o balanço da luta. Ainda o autor afirma que nesta conferência:

[...] sobressai a decisão da criação do Exército Regular (as FARP- Forças armadas revolucionárias do Povo) que permitiria uma grande mobilidade no terreno, uma vez que a guerra de guerrilha tinha chegado ao seu limite no combate às forças colonialistas, bem equipadas, bem organizadas e bem treinadas. A criação das forças regulares marcou uma viragem no processo da luta, inaugurando uma etapa que veio a revelar-se das mais importantes, senão a mesmo mais importante.<sup>27</sup>

Com a formação e fundação do FARP, a luta passou a ser mais bem estruturada e organizada. A FARP se responsabilizou por dar seguimento a luta e criar melhores planos e estratégias para atuação contra as forças coloniais. Defende Soares da Gama (2017, p. 26) que “com a criação da FARP, a luta armada ganhou uma nova visão, pois foi se estabelecendo diferentes táticas”.

---

<sup>26</sup> Uma zona que fica no sul da Guiné-Bissau

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 175.

De acordo com Gouveia (*apud* Té, 2016), FARP estava estruturada em três ramos diferentes: o exército popular, a guerrilha e a milícia. Cada um desses possuía a sua respetiva missão:

A missão mais importante do Exército era abrir novas frentes de luta no Leste e no Norte. A Guerrilha tinha como tarefa fustigar o exército colonial na sua retaguarda e nas localidades onde estava instalado, ou quando saía em patrulhas. A Milícia Popular tinha a tarefa específica de defesa e segurança das populações das “áreas libertadas”. Nestas áreas eram imprescindíveis acções de apoio concreto às populações, tais como desenvolver actividades escolares e na saúde, para as quais os países amigos ofereciam material escolar e medicamentos.<sup>28</sup>

O PAIGC contando com o apoio de alguns países africanos, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de Cuba fez constantes progressos na luta. Estes lhe forneciam provimentos de guerra, de alimentação e até formavam os seus homens para posteriormente voltar e servir ao país (SURET-CANALE e ADU BOAHEN, 2010).

Conforme Candé Monteiro (2013), PAIGC ainda contou com o apoio da OUA (Organização da Unidade Africana) e da ONU (Organização das Nações Unidas). Esta última decidiu através da Resolução 2395 (XXIII), parágrafo 12 da Assembleia Geral, de 29 de novembro de 1967, usar medidas restritivas a Portugal no que diz respeito ao uso de alguns métodos na repressão dos movimentos independentistas nas colónias africanas, em particular na Guiné “portuguesa”.

Até 1970, várias áreas na Guiné-Bissau já estavam libertadas nas mãos das forças coloniais. De acordo com Woollacott (1983, p. 1134-1135):

Nas zonas libertadas do controlo da administração colonial, o PAIGC criou as suas próprias estruturas estatais, o embrião da futura república independente: um eficaz sistema de administração comunal e de justiça popular, o fornecimento, pela primeira vez, de serviços de saúde e de ensino, a criação de uma rede de mercados e de distribuição dos produtos dos camponeses, Deste modo os habitantes das zonas libertadas “viram as suas vidas melhoradas”. Compreendiam, de maneira clara, a razão de ser da sua luta, ainda que nunca tivessem visto um colono ou um soldado português. Por esta razão, e apesar dos bombardeamentos e das atrocidades a que estavam sujeitos, encontravam-se dispostos a continuar a apoiar o movimento de revolta, a participar na sua própria libertação, a construir uma vida nova destituída das dificuldades e dos sofrimentos da guerra.

Nesse mesmo ano (1970), a Guiné-Bissau foi bombardeada principalmente a sede do PAIGC. Mas nem por isso o PAIGC deu um passo atrás, ao contrário, respondeu em 1971 com atuação das brigadas de ação levando os princípios político-ideológicos e os objetivos do partido à população das zonas libertadas. Essa nova ofensiva sinalizou a irreversibilidade do processo de emancipação, o que incluiu a mudança do nome de território para Guiné-Bissau. Daí em diante os êxitos prevaleceram e em 1972 os ganhos de território

---

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 49

foram revelantes. O processo continuou a se desenvolver mesmo com assassinato de Amílcar Cabral em 21 de janeiro de 1973 em Guiné Conacri (HERNANDEZ, 2008). A luta pela independência da Guiné-Bissau durou onze anos, de 1963 a 1973. Foram anos de grandes desafios e combates travadas entre o povo guineense e a força colonial portuguesa.

#### ***2.2.4 Proclamação da independência e a construção do estado***

Em 24 de setembro de 1973 reuniu-se pela primeira vez a Assembleia Nacional Popular que proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau. De imediato foi formado o Estado da República da Guiné-Bissau que adotou a sua primeira Constituição e designou os órgãos do poder executivo (HERNANDEZ, 2008). A independência da Guiné-Bissau foi proclamada em “Madina de Boé<sup>29</sup>”

Até outubro de 1973, a Guiné-Bissau já era reconhecida como uma “República” por cerca de 70 Estados soberanos. Em novembro as Nações Unidas exigiram que Portugal pusesse fim à sua ocupação ilegal na República e a retirar imediatamente as suas tropas. Até esta data, Portugal ainda não tinha reconhecido a independência da Guiné-Bissau. Esse reconhecimento só ocorreu um ano depois, em 1974 (WOOLLACOTT, 1983). Ao se tornar um Estado, a Guiné-Bissau adotou como língua oficial: a língua do colonizador, a língua portuguesa.

Segundo Augel (2007), após a conquista da independência, a estrutura administrativa colonial do Novo Estado da Guiné-Bissau sofreu uma profunda reformulação. O território foi dividido em oito regiões, um setor autônomo, 38 setores e várias seções administrativas. A nível político a Guiné-Bissau, bem como a maioria dos países do PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), ficou sob forte influência dos países socialistas dos quais recebeu muita ajuda.

Com a consolidação do Estado da Guiné-Bissau o PAIGC ficou reconhecido como “salvador da pátria”. De acordo com Koudawo (2001), desde a independência até à época do surgimento do multipartidarismo (1994), a Guiné-Bissau viveu a era do partido único, onde o PAIGC desempenhava o papel do Estado e também era o único partido político. A partir dos anos 90, começou a surgir a necessidade de uma abertura política. Partindo disso, entre janeiro e fevereiro de 1991 o PAIGC organizou um congresso extraordinário que tinha como tema “Renovação, Unidade Nacional e Aprofundamento da Democracia” onde foi

---

<sup>29</sup> Um setor que fica situada na zona Sueste da Guiné-Bissau



adotado o princípio da revisão constitucional que revoga o artigo 4 da constituição de 1984 que faz do PAIGC “a força política dirigente da sociedade e do Estado”.

“O primeiro presidente da República da Guiné-Bissau foi Luís Cabral, um dos principais líderes da resistência anticolonial” (AUGEL, 2007, p. 62). Governou o país durante sete anos, de 1973 a 1980, quando foi deposto através de um golpe de estado militar que tinha como justificativa salvar a unidade nacional e os ideais revolucionários. Este golpe foi liderado pelo então Primeiro-Ministro João Bernardo “Nino” Vieira, um dos principais estrategistas da luta de libertação. Com o golpe, o João Bernardo Vieira tornou-se presidente<sup>30</sup>.

As primeiras eleições pluralistas na Guiné-Bissau aconteceram entre julho e agosto de 1994 onde João Bernardo Vieira foi eleito como presidente da República e o PAIGC saiu como vencedor da eleição legislativa, derrotando o seu principal adversário na altura o Partido da Renovação Social (PRS) liderado no momento pelo seu fundador Kumba Yalá (KOUDAWO, 2001).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada no trabalho é qualitativa. Segundo Creswell (2007), os procedimentos que empregam uma pesquisa qualitativa fundamentam-se no uso de múltiplos métodos que são interativos e fundamentalmente interpretativos. O pesquisador qualitativo vê os fenômenos sociais holisticamente. Isso explica o por que dos estudos qualitativos aparecem como visão ampla em vez de microanálise, usa um raciocínio complexo multifacetado, interativo e simultâneo. A pesquisa qualitativa é emergente em vez de estritamente pré-configurada, o pesquisador adota e usa uma ou mais estratégias de investigação como um guia para procedimentos de um estudo qualitativo, além de ter como característica da pesquisa a objetivação do fenômeno e hierarquização das ações de descrever, entender e compreender os objetivos da pesquisa. “A investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados [...]” (CRESWELL, 2007, p. 185).

Para uma análise da natureza explicativa, conforme Gil (2010), o enfoque das pesquisas desta natureza é identificar as causas que determinam ou contribuíram para ocorrência dos fenômenos, portanto este tipo de pesquisa num contexto mais aprofundado.

---

<sup>30</sup> *Id.*, 2007

Desse modo, a partir do método qualitativo faremos uma análise dos dados obtidos tendo como base pesquisa bibliográfica para assim compreender e entender o processo da descolonização portuguesa na Guiné dita portuguesa. Onde serão consultados diferentes trabalhos de licenciatura, mestrado e doutorado; livros, dissertações, artigos e monografias a fim de possuir mais informações para melhor se situar acerca do assunto a ser pesquisado.

Para a realização deste trabalho, foram realizadas pesquisas na internet, recolha de artigos, teses e monografias como também aquisição de alguns livros. Este trabalho não se restringirá somente a pesquisa bibliográfica para obtenção de dados, também como segunda parte faremos a pesquisa etnográfica (estudo descritivo) na Guiné-Bissau com os antigos combatentes que fizeram parte da luta e não só, para constatar de perto a realidade histórica assim também como entender melhor as razões e o desenvolvimento histórico da luta armada.

As técnicas que usaremos para coleta de dados serão: análises dos vestígios deixados por personalidades que fizeram parte da luta, realização das entrevistas semiestruturadas<sup>31</sup> com os “antigos combatentes”, historiadores e pessoas que vivenciaram esse período.

---

<sup>31</sup> A entrevista semiestruturada é aquela em que o entrevistador possui um ponto de partida e uma diretriz inicial a seguir. No entanto, permite que a conversa seja conduzida sem seguir totalmente uma mesma direção. O entrevistador pode alterar a ordem das perguntas ou até modificá-las, dependendo da evolução da entrevista.

## REFERÊNCIAS

- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007
- BARRY, Boubacar. A Senegâmbia do séc. XV ao séc. XX : em defesa de uma história sub-regional da Senegâmbia / - In: Soronda : **Revista de Estudos Guineenses.** n. 9, p. 3-2, jan. 1990.
- CABRAL, Luís. **Crônica da libertação.** Lisboa: O Jornal, 1984
- CANALE-SURET, Jean; BOAHEN ADU. A. **A África ocidental portuguesa: a Guiné-Bissau e as ilhas do cabo verde.** In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christopher (Eds.). **África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, VIII)
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional – conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994).** 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2013
- \_\_\_\_\_. **Guiné Portuguesa versus Guiné-Bissau: a luta da libertação nacional e o projeto de construção do estado guineense.** 2012
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto;** tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FRANCO, Paulo Fernando Campbell. **Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida.** 2009. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea.** 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) Guiné-Bissau:** Ministério da Economia e Finanças, [s.d.]. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com>. Acesso em: 13 de Dezembro. 2018
- KOUDAWO, Fafali. **Cabo verde e Guiné-Bissau: Da Democracia Revolucionária À Democracia Liberal.** Guiné-Bissau: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, 2001
- LAINS, Pedro. Causas do colonialismo português em África, 1822-1975. In: **Análise social.** v. 33, n. 146-147, 1998.
- LOPES, Carlos. **Transição histórica na Guiné-Bissau.** Lisboa: INEP, 1987. (kacu martel, 2)
- \_\_\_\_\_. **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral.** São Paulo: Unesp, 2012

- LY-TALL, Madina. O declínio do Império do Mali. In: NIANE, Djibril Tamsir (Ed.). **África do século XII ao XVI**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, IV).
- MENDY, Peter Karibe. **Colonialismo português em África: a transição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)**. Lisboa: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994.
- \_\_\_\_\_. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva; natureza da dominação colonial portuguesa. In: LOPES, Carlos (Org.). **Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Unesp, 2012
- MATOS, José. Início da guerra na Guiné (1961-1964). **Revista Militar N.º 2566** - Novembro de 2015, pp 937 - 950
- M'BOKOLO, Elikia. **África negra história e civilizações: do século XIX aos nossos dias**— Tomo II. Tradução Manuel Resende. 2007.
- NDJAI, Tchernó. **O Pensamento Político de Amílcar Cabral: Teoria e Prática em momentos decisivos na Libertação da Guiné-Bissau (1959-1969)**. 2012. Dissertação (em História Social das Relações Políticas), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- PEREIRA, Amílcar A. VITTORIA, Paolo. **A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire**
- PEREIRA, Aristides. **Uma luta, um partido, dois países: Guiné-Bissau-Cabo Verde**. Lisboa: Notícias, 2003.
- SEMEDO, Odete Costa. **Guiné-Bissau, culturas, sociedade e literatura. Belo Horizonte: Nadyala, 2010**
- SILVA, António E. Duarte. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 9/10, p. 142-167, 2006.
- SOARES DA GAMA, Tedse silva. **Processo de resistências culturais na Guiné dita portuguesa**. Unilab – Redençã, 2017
- \_\_\_\_\_. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. Porto: Afrontamento, 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2013
- TÉ, Didier. **A teoria como arma da luta: unidade, luta e cultura no pensamento político de Amílcar Cabral**. Unilab – Redençã, 2016.
- UZOIGWE, N. Godfrey. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). **África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

WOOLLACOTT, John. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. **Análise Social**, v. xix, n. 77-78-79, 1983, p. 1131-1155.